

Novas Regras de Teletrabalho na Administração Pública Federal

Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Julho 2020

Contexto: teletrabalho antes e durante a COVID



Já havia orientação sobre teletrabalho e alguns órgãos públicos federais estavam implementando seus programas de gestão.

A pandemia trouxe a necessidade de levar grande parte dos servidores públicos federais para o teletrabalho.

Balanco divulgado pela SGP apontou que **95% dos servidores da rede federal de educação e 49% dos servidores dos demais órgãos** estão em teletrabalho durante a pandemia.

O rápido processo de adaptação reforçou que é possível manter servidores em teletrabalho sem comprometer a produtividade e a prestação do serviço público.

Pesquisa: ENAP e Universidade de Duke

Pesquisa ENAP/Universidade de Duke: cerca de 30 mil respostas de servidores públicos:

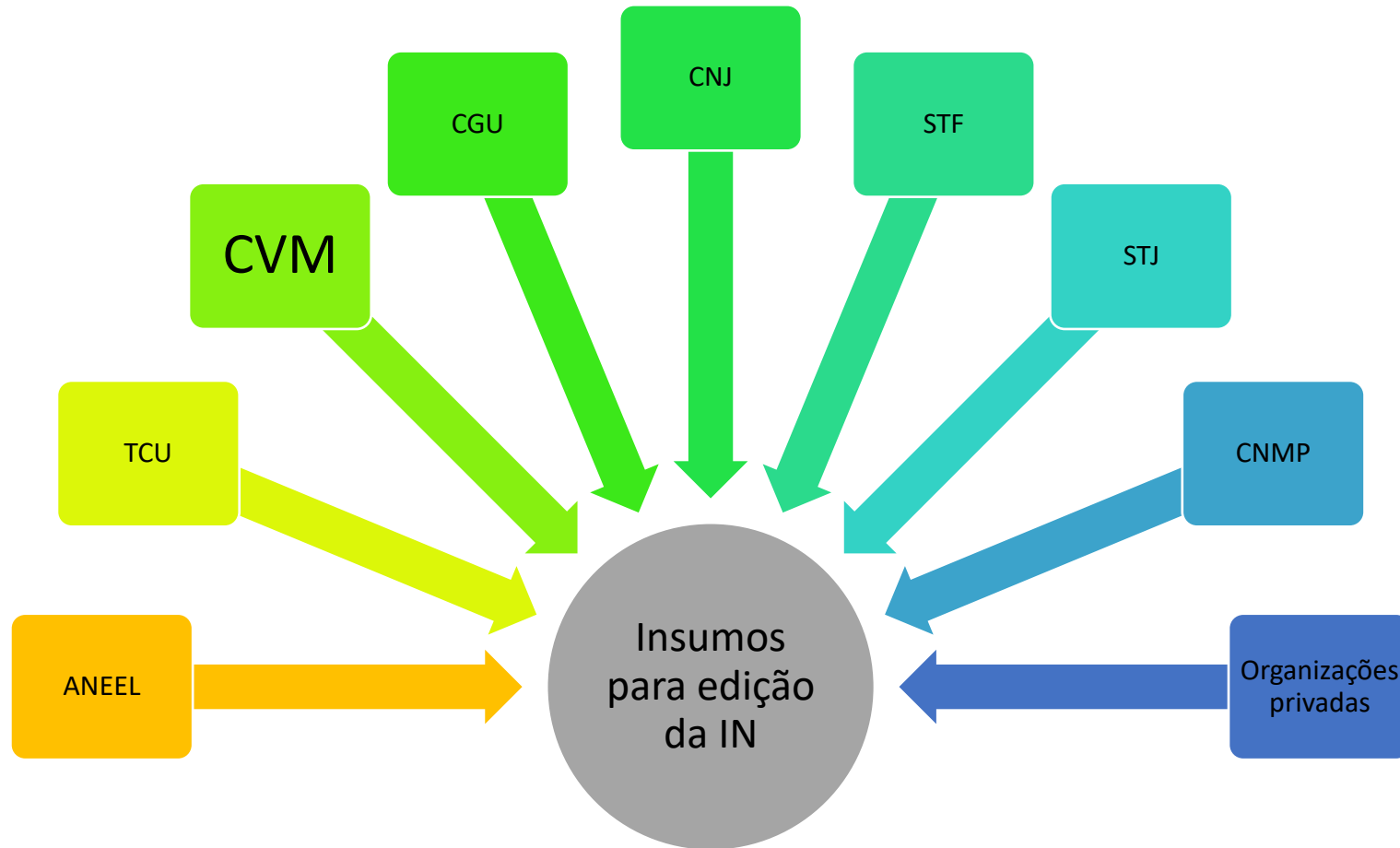
82% relataram que após a pandemia, gostariam de passar menos de 80% das horas de trabalho no escritório, ou seja, em teletrabalho pelo menos por um dia da semana.*

65% reportaram que “concordam totalmente” ou “concordam” com a frase: *“No futuro, vou pedir permissão para teletrabalho”*.*

Dos servidores públicos que gostariam de continuar em teletrabalho, **29%** estão gerenciando outras pessoas que trabalham de casa.*

*Tradução livre dos resultados da pesquisa apresentados à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

Estudos: busca pelas melhores práticas



Experiências e boas práticas sobre teletrabalho

Objetivos: o que almejamos com o novo modelo



Potencializar a
produtividade



Acompanhar as
mudanças e
inovações



Garantir o
bom
atendimento
da população



Utilizar de
maneira mais
eficiente os
recursos

Mudanças: quais são as premissas e o que muda

Estimular a implementação e execução

Ampliar o número de participantes

Antes

- aprovação do Ministro após todo o programa estruturado
- regras burocráticas para implementação do programa de gestão
- exclusivo para cargo efetivo
- vedações taxativas à participação

Como fica

- ✓ Ministro autoriza e Secretário define os aspectos técnicos
- ✓ simplificação do fluxo de implementação
- ✓ cargo efetivo, cargo em comissão, empregados públicos, contratados temporários
- ✓ autonomia para os gestores estabelecerem hipóteses de vedação

Mudanças: quais são as premissas e o que muda

Foco orientado para resultados

Antes

- sem regras claras e objetivas para acompanhamento e controle
- metas registradas no termo de ciência e responsabilidade, sem definição de critérios e periodicidade de avaliação

Como fica

- ✓ acompanhamento e controle obrigatoriamente por sistema
- ✓ metas registradas em sistema e avaliadas pela chefia imediata em até 40 dias, utilizando escala de 0 a 10

Transparência

- divulgação de informações trimestrais em Diário Oficial
- decisão discricionária para realização de seleção

- ✓ informações disponibilizadas em portal público com atualização semanal
- ✓ seleção dos participantes baseada em critérios técnicos e divulgados previamente

Etapas: a implantação do teletrabalho passa por



1

Autorização do Ministro de Estado

2

Elaboração e aprovação dos procedimentos gerais

3

Execução do programa de gestão

4

Acompanhamento do programa de gestão

Dirigente: o que cabe à autoridade responsável

Autoridade de nível de Secretário
(ou equivalente)



Estabelece norma
de procedimentos
gerais



Divulga os critérios
para adesão ao
programa

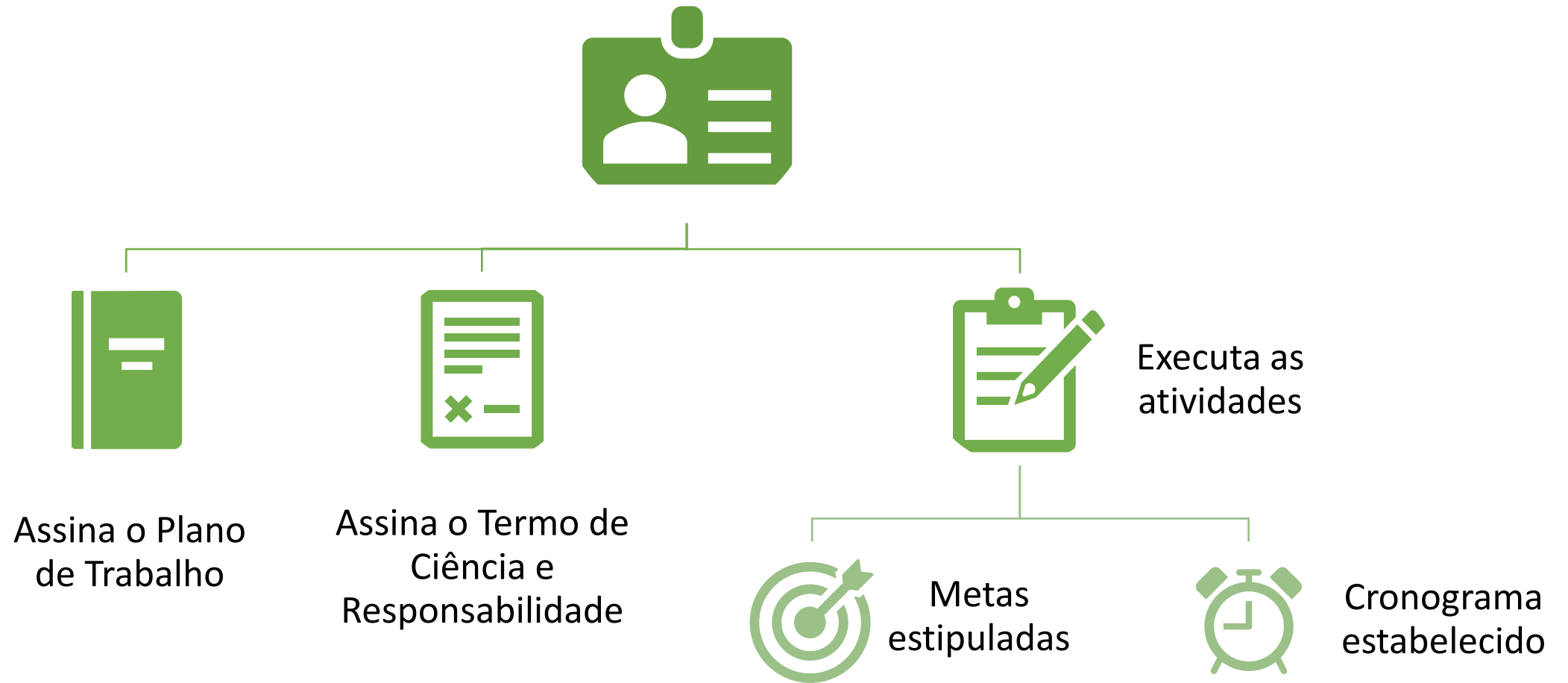


Seleciona os
participantes



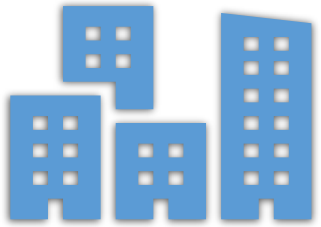
Acompanha a execução
do programa da
unidade

Participante: o que cabe ao participante



Transparência: peça central do teletrabalho

Órgãos e entidades



Plano de trabalho



Relação de participantes



Avaliação das entregas



Publicação de dados em portal



Transparência



Informações estatísticas



Divulgação dos resultados por unidade



Atualização semanal

